

4- Projeto “A cor da Cultura” – Novas formas de construção do conhecimento

Neste capítulo pretende-se conhecer o Projeto A Cor da Cultura identificando suas particularidades, estrutura, formas de organização e materiais para compreender de que modo pode contribuir para a construção do conhecimento sobre História e Cultura Afro-brasileira e Africana sobre qual versa a Lei 10630/03. Além da reflexão sobre os materiais busca-se conjecturar como diversos atores se relacionam com o projeto através dos seus materiais educativos e capacitações, buscando identificar através da análise de discurso se os mesmos têm possibilidades de subsidiar os educadores para a implementação da legislação. Busca-se ainda compreender os entraves cotidianos, tanto de caráter institucional quanto cultural, enfrentados pelos educadores no espaço escolar para a garantia da efetivação da legislação.

4.1 - Estrutura do Projeto

O Projeto “A cor da Cultura” foi uma das iniciativas para subsidiar a inclusão de História e Cultura Afro-brasileira no conteúdo programático das grades curriculares dos ciclos fundamental e médio. Elaborado em 2005 em uma parceria da SEPPIR, da Petrobrás, do CIDAN, a TV Globo, a TV Educativa e o Canal Futura, “visando unir esforços para a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro”. (Sant’anna, 2005, p. 7).

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nas grades curriculares do Ensino Básico prevista pela legislação cria uma demanda por conteúdos que permitam o preenchimento das lacunas históricas as quais os negros brasileiros ficaram presos por séculos. Requer ainda a capacitação de educadores para dar conta dos conteúdos nas salas de aula. Para suprir essas necessidades as prefeituras dos estados contemplados no edital do projeto assinaram um termo de compromisso com a Fundação Roberto Marinho para implementarem o A Cor da Cultura.

O Projeto “A cor da cultura” visa atender a essas requisições através criação de materiais pedagógicos à capacitação de professores. Além de contribuir para práticas pedagógicas inclusivas, o projeto torna visível a trajetória de luta dos

movimentos negros para ampliação das políticas públicas com recorte étnico-racial.

O projeto prevê uma série de ações culturais e educativas com foco na produção e veiculação de programas sobre o histórico de contribuição da população negra à sociedade brasileira. Esta produção, transformada em material didático, aplicado e distribuído às escolas públicas, deverá ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a história dos afro descendentes e histórica da África e, assim, contribuir para os objetivos previstos na Lei 10.639 – que trata especificamente sobre este assunto – venham a ser satisfeitos (Sant’Anna, 2005, p. 7).

O “A cor da cultura” se organiza em duas partes: a produção áudio-visual e a formação de professores. Para dar suporte a essas duas faces do projeto foi elaborado um site¹ onde se pode encontrar toda a parte de vídeos do projeto.

A produção áudio-visual é composta por cinco grades de programação divididas entre três canais de televisão (TV Globo, Canal Futura e TV Educativa). São os programas: **Ação**², exibido no Canal Futura e na TV Globo, **Livros Animados**³ e Nota **10**⁴ do Canal Futura e ainda os **Heróis de todo mundo**⁵ e **Mojubá**⁶ exibidos no Canal Futura e na TVE. Além disso, conta com jogos educativos, e o CD **Gonguê**.

A formação dentro do Projeto “A cor da cultura” é contemplada através da capacitação⁷ de professores distribuídos em diversos estados do país e com a distribuição de *kits*⁸ educativos para escolas públicas de ensino fundamental onde lecionam.

¹ www.acordacultura.org.br

² O programa **Ação** tem como objetivo retratar o trabalho desenvolvido por organizações não-governamentais de todo o país em prol ações afirmativas. Foram produzidos quatro episódios do programa (Olodum, Quilombos, Teatro e Cinema e Diversão).

³ **Os Livros Animados** tiveram dez edições. Esse programa visa incentivar a leitura junto ao público infantil, ressaltando temáticas afro-brasileiras e africanas e dando visibilidade a artistas negros.

⁴ Voltado para a metodologia de formação e ensino de educadores o Programa **Nota 10** buscou exibir práticas pedagógicas exemplares, assim como debates com educadores sobre de História e Cultura afro-brasileira e africana e problemas relacionados à discriminação racial no ambiente escolar. O programa contou com cinco edições.

⁵ O Programa **Heróis de Todo Mundo** busca retratar a vida e obra de trinta personalidades negras que fizeram parte da História brasileira e se destacaram em diversas áreas do conhecimento.

⁶ Os sete documentários do Programa **Mojubá** trazem o importante debate sobre as religiões de matrizes africanas, sobre história dos quilombos e outros valores da negritude existentes na cultura do Brasil.

⁷ As capacitações foram feitas através de organizações da sociedade civil, escolhidas através de um edital feito pela Fundação Roberto Marinho.

⁸ O kit do programa é composto por 03 cadernos para professores com dicas de utilização do conteúdo; Glossário – Memórias das palavras; CD **Gonguê** – A herança africana que construiu a música brasileira; 01 jogo educativo – **Heróis de todo mundo**. 08 fitas VHS - Nas fitas estão reunidos episódios produzidos por cinco séries do Canal Futura especialmente para o projeto **A Cor da Cultura**. São eles: **Livros Animados** (3 fitas, com 10 episódios), **Nota 10** (1 fita, com 5

A primeira fase do projeto correspondeu ao período compreendido entre os anos de 2004 e 2006. Essa fase contemplou sete estados: Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. O projeto conseguiu capacitar diretamente de dois mil educadores (professores, gestores, supervisores pedagógicos e especialistas dos movimentos sociais); atender duas mil escolas públicas e comunitárias; estabelecer parceria com cento e quinze ONGs / instituições de referência, vinte universidades, trinta e seis especialistas. Há uma estimativa por parte da coordenação de ter atingido noventa mil alunos⁹.

O Projeto configura-se, hoje, como a iniciativa mais estruturada e sistemática em torno da valorização da cultura africana e afro-brasileira, ajudando a reduzir o “fenômeno da invisibilidade” nas escolas participantes. De acordo com dados obtidos houve aumento da sensibilidade de professores e alunos contra práticas discriminatórias. Contudo verifica-se um baixo investimento das Secretarias Municipais de Educação, tanto para a formação de professores, quanto no acompanhamento das ações (participação restrita de universidades, ONGs e outros grupos culturais e religiosos no planejamento das ações)¹⁰.

A segunda fase do projeto começou no ano de 2010 e tem previsão de término em dezembro de 2011. Acontecerá em outros seis estados brasileiros - Mato Grosso, Minas Gerais, Amazonas, Paraná, Pernambuco e Ceará. Todas as atividades serão desenvolvidas nas capitais e também em municípios que serão posteriormente informados.

Segundo seu edital tem como principais objetivos:

- Disseminar contribuições da cultura negra para a sociedade brasileira, como um todo e, mais diretamente, para crianças, adolescentes e educadores;
- Contribuir, pelo caminho da ação educativa escolar, para a erradicação dos efeitos das discriminações sociais e étnico/raciais que perpassam o nosso país;
- Criar condições para que as redes educacionais utilizem, de forma autônoma, a tecnologia educacional desenvolvida pelo projeto “A cor da cultura”;

episódios), Mojubá (2 fitas, com 7 episódios), Ação (1 fita, com 4 episódios), Heróis de Todo Mundo (1 fita, com 30 heróis). Há uma versão em CD room.

⁹ Dados obtidos no site: www.acordacultura.com.br

¹⁰ Dados obtidos através de pesquisa desenvolvida pela empresa INNOVA – Pesquisa e Assessoria, entre 26/11 a 07/12/2007.

- Fortalecer a articulação de redes sócio-pedagógicas com a participação de ONGs, universidades, instituições que prestem serviços públicos relacionados à diversidade étnico-racial, UNDIME e CONSED, entre outros;
- Capacitar e credenciar grupos de ONGs, universidades e demais instituições de referência para disseminação da metodologia de utilização do *kit* junto a grupos de gestores públicos de educação e a multiplicadores das redes de ensino;
- Produzir novas séries audiovisuais sobre a temática étnico-racial, de forma a ampliar as opções de conteúdo demandadas pelas redes de Educação Básica.

A Formação dos Quadros profissionais do projeto e os processos de capacitação

A seleção dos profissionais que participariam como capacitadores do Projeto A Cor da Cultura aconteceu, segundo capacitador entrevistado, em duas etapas. A primeira etapa foi à análise curricular de profissionais de diversas áreas. A segunda etapa consistiu em atividades conjuntas de capacitação e seleção. Nesse momento foi apresentada a metodologia do projeto e seus materiais pedagógicos. A carga horária total do processo de capacitação/seleção durou três dias, totalizando 24 horas. O intuito dessas atividades era saber se os capacitadores tinham habilidades e conhecimentos que possibilitasse o desenvolvimento o trabalho de capacitações dos professores.

Os critérios para a participação dos professores no Projeto A Cor da Cultura eram definidos por cada prefeitura. Não havia um número certo de professores por escola, mas buscava-se abranger o maior número de escolas possíveis. Cada turma tinha aproximadamente 40 pessoas.

O processo de capacitação dos professores teve carga horária de 24 horas presenciais, divididas de formas diferenciadas em cada estado. Além do processo de capacitação também havia o acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido pelos professores capacitados. Os kits eram divididos dez por região. Os professores tinham que assinar um termo de compromisso sobre o recebimento do Kit e seu comprometimento em encaminhá-lo e aplicá-los nas escolas. Além disso, cabia também aos professores desenvolver algum projeto na escola com o material e ao final de um ano escrever um relatório para avaliação.

4.2 – A Cor da Cultura - Novas formas de se pensar e ensinar Cultura Negra

As particularidades do Projeto a Cor da Cultura assumem diversas formas, seja pela parceria entre instituições públicas e privadas, passando pelas articulações com entidades dos movimentos negros e com universidades através de seus NEAB's. Contudo no processo de construção do projeto, mais do que resgatar e pensar em formas de ensinar História e Cultura Afro-Brasileira buscou-se suscitar valores civilizatórios que traduzissem a tradição e os saberes africanos.

A participação de intelectuais dos movimentos negros na elaboração dos materiais pedagógicos e com a responsabilidade da formação dos capacitadores do projeto faz com que a História seja contada por outro olhar do que não o hegemonicamente constituído. Segundo Guimarães (2000) “(...) a democracia racial tem sido o lugar de onde quase todos os sociólogos brancos brasileiros, quando falam de pretos e do racismo”. A forma de concepção do projeto ajuda a romper com o lugar que se historicamente costuma falar quando o assunto são negros, racismo e discriminação racial.

A concepção do Projeto a Cor da Cultura teve como norteador os valores civilizatórios afro-brasileiros como a oralidade, a ancestralidade, a circularidade, a religiosidade, a corporeidade, a musicalidade, o cooperativismo/comunitarismo, a memória, a ludicidade e a energia vital (axé). A África e seus valores convertem-se em elementos-chave para pensar a cultura afro-brasileira.

A oralidade representa a forma da perpetuação da História, conforme ressalta Machado no livro “*Modos de Interagir*” do kit do projeto A Cor da Cultura: “Oralidade que corresponde à natureza de memória, “depósito” de gerações sucessivas, com a mesma força vital em forma de relato, canto, dança, poesia, ritmo e emoção, elaborando a história e a vida cotidiana “(2004, p.34). A história oral é uma forma de transmissão da sabedoria de um povo é baseado na vivência e até certo ponto na invenção, que cria a partir da carência. Valorizar a oralidade e valorizar outras formas de transmissão de conhecimento, contudo não significa uma negação da escrita.

A ancestralidade se relaciona diretamente com a memória e com a história. Baseiam-se nos ensinamentos dos mais velhos, mais experientes e mais sábios, buscando extrair suas vivências e ensinamentos do que é ser negro no Brasil. Significa “Ver/ouvir pessoas idosas, mais vividas, as memórias da vivência afro-

brasileira que elas trazem, carregam e compartilham” (Modos de Interagir, 2004, p.29).

A circularidade baseia-se na perspectiva que o conhecimento é produzido através de redes, círculos, tramas que são tecidas no cotidiano. Parte do pressuposto que a cultura está em constante movimento e que para adquirir o conhecimento são necessárias trocas. Cabe ainda considerar que a roda constitui-se algo importante para as manifestações culturais afro-brasileira, pode-se citar o samba de roda, as rodas de capoeira, os rituais religiosos através de rodas. “Com o círculo, o começo e o fim se imbricam, as hierarquias, em algumas dimensões, podem circular ou mudar de lugar, a energia transita num círculo de poder e saber que não se fecha nem se cristaliza, mas gira, circula, transfere-se...” (Modo de Ver, 2004, p.98)

O conceito de religiosidade para a cultura afro-brasileira baseia-se na compreensão que tudo é divino e sagrado, principalmente os elementos da natureza. Há preocupação com o direito a vida e aos outros seres humanos.

A corporeidade é a valorização do corpo, a história que ele carrega através da suas vivências. O livro *Modo de Ver* coloca que “Com o corpo se afirma a vida, se vive a existência, individual e coletivamente. Ele traz uma história individual e coletiva, uma memória a ser preservada, inscrita e compartilhada. O corpo conta histórias” (2004, p.98).

A musicalidade está presente em todos os aspectos da cultura afro-brasileira, nas manifestações artísticas e religiosas. Pode-se verificar que muito da música brasileira relaciona-se com a música negra, como a sonoridade, a melodia. O ritmo musical símbolo da cultura brasileira tem origem na cultura negra – o samba. A música tem papel importante na formação da cultura brasileira e da humanidade, tem o papel de comunicar de transmitir sentimentos, costumes, devoção, reflexões, indignação.

O cooperativismo/comunitarismo são elementos centrais na cultura afro-brasileira, que existe somente dentro de uma coletividade, através da relação com o outro. Valores que se desdobram no dividir, compartilhar com o outro.

A memória baseia-se na valorização dos aprendizados do cotidiano relaciona-se com a ancestralidade e com a oralidade. É o local onde se guarda os conhecimentos aprendidos para serem repassados aos outros.

A ludicidade na cultura afro-brasileira reflete-se na alegria desse povo, no brincar, na diversão, no sorrir. Os jogos, assim como a música, são repletos de simbologias, frequentemente usados como forma de transmissão de conhecimento, instrumentos de ensino/aprendizado através da alegria e do prazer.

A energia vital (axé) é poder da vida existente em todos os seres vivos e a relação de troca existente entre todos esses elementos da natureza. Relaciona-se com o vigor e a alegria de viver e aprender.

Esses valores não são estanques, e tampouco lineares, existe entre eles uma interconexão os tornando complementares na vida cotidiana. A construção dos materiais e metodologias para implantação do projeto considerou esses dez elementos como norteadores, buscando uma perspectiva diferenciada de atuação e introjetando nas pessoas um olhar não eurocêntrico do mundo, valorizando dessa forma a identidade negra como parte integrante da identidade e da cultura brasileira.

A Proclamação da República foi um marco para se pensar a identidade cultural brasileira, a partir desse evento histórico que começou a ser construído de forma mais efetiva a idéia de nação. Apesar de ter um ideal branco-europeu de cultura o Brasil tinha uma grande parcela da população negra – recém libertos e uma pequena parcela indígena - sendo um problema para o modelo de nação pretendida pela elite dominante. A miscigenação foi a resposta encontrada para solucionar o “problema” dos negros e dos índios. O que se configurou a partir de então foi uma política de embranquecimento da nação.

A miscigenação transfigurou-se na fonte de criação da identidade nacional brasileira. “O modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente, foi assimilacionista. Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica” (Munanga, 2008, p. 95).

A identidade cultural brasileira , assim como as demais nações modernas, também foi erigida para unificar e dar coesão à nação. Um conjunto de práticas de natureza simbólica foi fornecido para dar significados aos cenários, rituais nacionais, eventos históricos e criar sentido de comunidade. “Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após a nossa morte” (Hall, 2006, p. 52).

A brasilidade, surgida do processo de unificação étnica, traduz um processo antidemocrático e repressivo que anulou as identidades do negro, índio e europeu. Ao invés de uma nação multiétnica formou-se uma nação mestiça falsamente homogênea. As identidades foram suprimidas em prol da cultura nacional.

Como ressalta Munanga:

O processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento. Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação e da distribuição eqüitativa do produto social (Munanga, 2008, p. 95).

No Brasil durante muito tempo difundiu-se através de um discurso oficial, fundamentado pela miscigenação, que existia uma verdadeira democracia racial, onde havia uma convivência harmoniosa e igualitária entre as diferentes etnias que compõem a sociedade brasileira. Isso na verdade configurou-se em um mito.

A homogeneização, contudo não significou a valorização da diversidade étnico-cultural brasileira, na verdade significou um nivelamento dos valores branco-europeus como os únicos aceitáveis, os demais ou eram negativados ou eram ridicularizados.

As características fenotípicas se tornam referência para a atribuição de uma determinada condição social, o que leva segundo Ferreira (2004), a “(...) introjeção de um julgamento de inferioridade” (p. 42), tanto no aspecto sócio-econômico quanto no prestígio social.

Ferreira (2004) coloca que, o processo de negação do preconceito racial impõe dois mecanismos: o extermínio dos negros, como na época da colonização, e o “branqueamento”. A elite brasileira assume as características do branco-europeu como representante da sua superioridade étnica, o que justifica a dominação.

A dicotomia criou um “gradiente étnico” onde quanto mais o indivíduo se aproxima dos traços branco-europeus, mais ele é valorizado, e tem acesso a melhores oportunidades. Do outro lado, quanto se aproxima dos traços negros mais o indivíduo é desvalorizado e marginalizado. Nessa perspectiva para uma família ter aspirações de ascender socialmente, tinha que “embranquecer” através do processo de miscigenação. Esse embranquecimento não se relacionava

somente ao aspecto biológico, mas também no aspecto cultural os chamados “negros de alma branca”.

A inferiorização da cultura afro-brasileira e africana criou barreiras e lacunas difíceis de serem transpostas. Quando o projeto A Cor da Cultura almeja resgatar os valores africanos para trabalhar História e Cultura Afro-brasileira e Africana ele possibilita alterar a visão de mundo, trazendo uma riqueza cultural não apenas para os alunos e professores negros, mas também para os brancos.

A definição do ser humano está ligada à necessidade de pertencimento a determinada estrutura social, fazer parte de algo que também faz parte de você. A identidade cultural cria e organiza significados e valores relacionando os sujeitos com o mundo social e cultural que habita. A construção da identidade faz parte de um processo de significação e resignificação de símbolos, dessa forma não obedece a uma linha evolutiva, situando no campo das auto-representações.

O acesso a esse conteúdo, que é formulado de uma forma diferenciada, possibilita a transformação dessas representações, resignificando valores, criando formas de superação do sentimento inferioridade dos negros, consequentemente aumentando sua auto-estima.

O processo de identificação das identidades culturais são provisórios, variáveis e problemáticos. Como observou Bauman, “... a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem ser mais ocultadas” (2005, p. 22). Como a identidade é construída através da dinâmica social, ou seja, definido historicamente ela é passível de transformação continua em outras múltiplas identidades.

Nesse sentido a construção da identidade negra é algo possível e pressupõe “o resgate de sua cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil, da cor da sua pele inferiorizada etc. [...] Ou seja, a recuperação de sua negritude, na complexidade biológica, cultural e ontológica” (Munanga, 2008, p. 95).

A construção das identidades está marcada pela história de cada grupo, algumas resistem à mudança porque a construção das mesmas se desenvolve em contextos marcados por relações de poder. A ideologia formulada a partir da democracia racial ainda é muito forte no Brasil, esses valores estão enraizados na população e a sua superação requer um esforço contínuo e longo dos movimentos negros no resgate da negritude enquanto valor positivo.

4.3 – Os materiais

Para ensinar História e cultura afro-brasileira e africana o projeto A Cor da cultura se utilizou de uma série de materiais. Cada um desses materiais buscou atender a uma necessidade diferente, assim como criar estímulos, sejam para os professores sejam para os alunos. As letras, as músicas, as artes visuais, a brincadeira se configuraram nas várias formas de ensinar e nas várias formas de aprender.

Os Livros

O kit do projeto A Cor da Cultura conta com quatro livros, são eles: Modos de Ver, Modos de Interagir, Modos de Sentir e Memórias das Palavras.

O livro *Modo de Ver* é um caderno de textos, que conta também com mapas da diáspora africana, como intitulado no livro busca saberes e fazeres. Composto por sete partes, contendo além de uma parte introdutória, em cada uma um texto de diversos autores que trazem subsídios teóricos para as reflexões sobre as relações étnico-raciais no Brasil, buscando dar visibilidade as vivências, história e a imensa riqueza do patrimônio cultural do negro.

A primeira parte do livro **Aprendizes de corpo inteiro** traz o texto *“Desigualdade nas questões racial e social”* foi escrito por Marcelo Paixão¹¹. O debate concentra-se na forma de como o racismo e a discriminação no Brasil construíram um alicerce para a estrutura desigual a qual está estruturada a sociedade brasileira e que se perpetua ao longo dos séculos. O autor expõe em dados a maneira diferenciada de acesso a direitos sociais entre branco, negros e indígenas. *“O modelo brasileiro de relações raciais consagra e eterniza as disparidades entre brancos, negros e indígenas em nosso país”* (Paixão, 2006:23). A reflexão sobre a questão racial no mundo contemporâneo traz paralelos entre o desenvolvimento dos diversos grupos étnicos ao redor do mundo e a discriminação e/ou segregação sofrida em diversos países, para isso utiliza o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004.

Segundo o referido autor, o atual processo de globalização, econômica, financeira e cultural vem contribuindo tanto para difusão de conhecimento e cultura, “promovendo experiências de interpenetração de culturas” (Paixão,

2006:22), quanto para um maior acirramento de disputas raciais e étnicas, motivadas principalmente pelo crescimento de partidos de extrema direita ou de grupos que buscam promover uma “limpeza étnica”.

Quanto ao Brasil o autor traça o panorama das três últimas décadas, colocando a forma nociva que o, ainda vigente, mito da democracia racial contribuiu para a perpetuação do racismo e da discriminação como formas de subalternização da população negra do país. Paixão coloca que “o modelo brasileiro de relações raciais afeta especialmente as probabilidades de mobilidade social ascendente dos indivíduos dos distintos grupos de raça/cor da população” (2006:25).

Acrescida a negritude o autor aponta ainda a questão de gênero enquanto elemento dificultador do acesso e garantia de direitos.

A discriminação sobre as mulheres negras perpassa planos não conhecidos pelos homens do mesmo grupo racial, tais como os reportados aos direitos reprodutivos, violência doméstica, violência sexual, dupla jornada de trabalho e demais seqüelas geradas por uma sociedade machista, como a brasileira. Esse contingente também comumente se vê impactado pelo seu rebaixamento à condição de objeto de prazer sexual dos homens (especialmente simbolizado na figura da mulata) e pela constante violação de sua auto-estima nos planos profissional e estético e à marginalização no mercado matrimonial. (Paixão, 2006: 26).

Outros grupos populacionais são apontados por Paixão (2006) como merecedores de extrema atenção, que são os jovens e as crianças negras. Dentre as questões elencadas estão à precoce entrada do mercado de trabalho, a maior evasão escolar, menor taxa de escolarização, menor taxa de acesso ao ensino superior, maior taxa de desemprego, menores salários e maior taxa de morte por homicídio (principalmente do sexo masculino).

O texto “*Como os tantãs na floresta: reflexões sobre o ensino de História da África e dos africanos no Brasil*” de Monica Lima¹² integra a parte **África, um continente plural** do livro. A autora traz no texto a reflexão de que a maneira deturpada como a História e Cultura afro-brasileira e africana foi difundida ao longo do tempo contribuiu negativamente na construção de uma identidade negra. Criou-se uma identidade e uma auto-imagem que não era fiel a realidade.

A negação e/ou manipulação da História trouxe a construção de uma identidade nacional despida do componente racial que certamente estava ligada a uma dominação ideológica da supremacia branca.

A incorporação da temática no conteúdo escolar sofreu resistência de alguns setores, até mesmo os chamados progressistas. Os negros figuraram durante muito tempo nos livros didáticos como escravos (que ou trabalhavam nas lavouras, ou fugiam para os quilombos). As manifestações culturais estavam restritas a capoeira e ao samba.

A História da África, por sua vez, sempre foi vinculada “ao período de acumulação capitalista, ou seja, apareceria como o lugar de onde se retiravam os escravos e, mais tarde, como local da expansão neocolonial, a partir de fins do século XIX. E era só” (LIMA, 2006:42). A história dos africanos era contada ora como coisificados, ora eram invisibilizados.

Os alunos, principalmente os negros, ao se defrontarem com a construção dessa imagem do negro dificilmente gostariam de se identificar com ela. Como formar uma auto-estima aliada a de antepassados escravizados, oprimidos, explorados e sempre derrotados.

A autora aponta ainda as dificuldades para que haja uma transformação na Educação com a incorporação desse conteúdo nos currículos escolares. Dentre as barreiras menciona: não há disciplinas específicas sobre a África nos currículos das Universidades, ou quando existem estão impregnados de preconceitos baseados no eurocentrismo; não se pode falar de apenas uma África, nem de uma única África no Brasil. Apesar de terem elementos comuns à cultura africana é múltipla e suas influências no Brasil também são múltiplas.

Em **Heróis anônimos de nossa História**, Nelson Olokofá Inocêncio em seu texto “*Sujeito, corpo e memória*”, reflete sobre a construção da identidade dos sujeitos, a partir de condições adversas se refletem na sua relação entre o corpo, a memória e o sujeito.

Para pensar na construção do sujeito utiliza Hall, colocando sua noção provisória, variável e problemática. Segundo ressalta o autor “Não se vislumbra mais um sujeito com uma única identidade, absoluto e imune a crises existenciais, porém, portador de várias identidades que coexistem, às vezes, em conflito” (Inocêncio, 2006:55). Dessa forma para se pensar na identidade negra temos que

vinculá-la ao pertencimento racial, de gênero e social e as articulações entre essas identidades.

Com relação ao corpo Inocêncio (2006) o aborda em dois aspectos: o corpo coletivo e o corpo individual. O corpo coletivo – ligado à noção de identidade – constantemente ligado ao exótico e ao primitivo. Ora usado como forma de resistência, ora ajustando aos padrões estéticos eurocêtricos. O autor ressalta que “devemos enfatizar é a sua importância enquanto mantenedor de valores herdados de sociedades africanas” (p.54). O corpo individual por sua vez está ligado às vivências.

Ao se falar em construção de uma Memória é comum uma relação direta com a escrita. Contudo entre os grupos afro-descendentes existe uma forte tradição oral como forma de interação entre as gerações.

A construção de uma identidade negra perpassa por um olhar positivo do que é ser negro. Segundo aponta o autor:

Os atos que acabam dando forma e conteúdo ao que chamamos de consciência negra incluem ainda o resgate de valores próprios, o que só é possível desde que se reconheça a existência de uma memória que está na formação do sujeito e nas informações que os corpos, tanto coletivo quanto individual, armazenam (Inocêncio, 2006: 58).

Na **A herança africana está por toda parte**, o texto *“Beleza e identidade: sobre os patrimônios afro-descendentes”* de Raul Lody apresenta uma reflexão de como a beleza é construída a partir de maneiras próprias de simbolizar o mundo e da cultura dos povos. Segundo Lody (2006) “Por meio de linguagens sensíveis, a beleza pode fazer o relato das trajetórias humanas, trazendo memórias e construindo dinamicamente o que se chama de identidade” (p.63).

Os aspectos de ordem cultural são determinantes para a concepção do belo. “Se existem inúmeros conceitos de beleza, todos são, contudo, tradutores das culturas e dos desejos criativos do homem” (p.64).

A reflexão sobre a beleza com referenciais africanos, deve se levar em consideração a multiplicidade de culturas que existem nesse continente. Existem muitas Áfricas. Dessa forma a sua contribuição para a formação da cultura brasileira também ocorre de forma múltipla.

As diversas identidades sonoras, que expressam sociabilidade e exercícios de pertencimento. Os adornos corporais, como búzios, palhas, e estampas características de tecidos representam uma identidade étnico-racial e simbolizam

resistência. “Os conceitos de beleza e de estética estão profundamente relacionados aos conceitos de pertencimento. Portar, usar, exhibir, apropriar-se do belo é viver e transmitir esse belo” (p.67).

Na parte **Rever nossos conceitos é primordial**, Maria Aparecida Silva Bento ressalta em *“Aprendendo e ensinando relações raciais no Brasil”* a reflexão sobre o impacto do racismo nas relações étnico-raciais tanto para branco, quanto para negros. Enfoca as reações, de negação, em que discriminados e discriminadores se colocam frente ao racismo. Se identificar enquanto negro ou enquanto branco tem implicações, refletindo na dificuldade de posicionamento nessa relação (beneficiário ou inferior).

O debate acaba figurando na esfera ora da culpabilização do negro, ora da relativização da discriminação (citando outros exemplos de discriminação). Reitera a fala de Hasenbalg (1979), que essa postura deriva da negação do racismo, do enraizado Mito da Democracia Racial.

Apesar de considerar as dificuldades que envolvem as transformações das relações étnico-raciais, a autora resgata Freire para considerar o quanto “esse tema é um potente mobilizador de forças de emancipação e libertação” (p.75).

Na sexta parte **O papel de alunos e professores**, o texto *“Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade”* de Eliane Cavalleiro, aponta a emergência da reflexão das relações étnico-raciais na escola, principalmente relacionado aos educadores.

Deve-se considerar o impacto do racismo no cotidiano escolar e sua conexão com as outras esferas da vida em sociedade. “Há algum tempo, estudos e pesquisas apontam a presença de racismo e de discriminação racial em várias instituições socializadoras, como a escola, os meios de comunicação, a religião, o trabalho e, até mesmo, a família” (p.82).

Estas instituições são importantes para a construção do pertencimento étnico e sua identidade social. Podem contribuir tanto para a superação do racismo ou para perpetuar uma tradição cultural pautada no preconceito. “(...) a organização de uma sociedade racista conta com mecanismos estruturados de discriminação racial. Esses mecanismos se encontram presentes nos mais diversos fatores que colaboram para a socialização da criança” (p.83).

A autora coloca que a sociedade através das relações sociais “exerce forte influência na formação de qualquer identidade, uma vez que esta mantém estreita relação com fatores sociais (gênero, raça, classe social) e físicos (o corpo, com suas características físicas)” (p.85).

A autora ressalta também que o racismo no Sistema de Ensino opera de forma tanto consciente quanto inconsciente e em todos os níveis de educação (Infantil-Superior). Ele se perpetua através de quatro fatores: Material pedagógico – referenciados apenas em pessoas brancas, os negros são ilustrados apenas no período escravista; Universo semântico pejorativo – dissimulações, apelidos e ironias que encobrem um preconceito latente; Negação da diversidade racial brasileira na formação da equipe da escola – processos seletivos que discriminam profissionais negros; Minimização das conseqüências do racismo – naturalização das situações de discriminação e preconceito racial entre os alunos e professores.

Na última parte do livro, **Em busca da cidadania plena**, Azoilda Loretto da Trindade coloca em seu texto “*Fragments de um discurso sobre afetividade*” que a valorização da cultura e memórias coletivas de grupos sociais possibilita a reversão do quadro de exclusão, subalternização e invisibilidade de jovens e crianças.

A autora enfoca na forma como o racismo gera problemas de afetividade nas pessoas, principalmente na escola (área de pesquisa da autora). A afetividade está relacionada com a forma de influenciar e ser influenciado, “a forma, a maneira como estou/sou no mundo afeta o mundo, as pessoas” (p.103).

Enfatiza a importância dos professores “estarem política, teórica, afetiva e eticamente comprometidas com uma educação sem discriminações, sem racismos, uma educação efetivamente igualitária e acolhedora para todos” (p.103).

No que tange a afetividade a autora ressalta alguns aspectos como: a memória de experiências de discriminações sofridas, levarem em consideração as manifestações racistas na construção da afetividade e sua relação com a construção do humano.

O caderno de metodologia *Modos de Sentir* apresenta a revisão de conceitos fundamentais para o embasamento e desenvolvimento das ações previstas no projeto, refletindo quais tipos de atitudes deseja-se desenvolver. Consta também como utilizar a metodologia do projeto, com o planejamento do trabalho e ainda reflexões sobre diferentes tipos de atividades.

Os temas propostos revelam uma compreensão da situação em que vivemos e uma perspectiva de mudança: o preconceito contra negros existe no Brasil, traz sofrimento para a vida de muitas pessoas e sérios prejuízos à nossa vida em sociedade, mas ele pode e deve ser combatido. E a Educação, associada à mídia, é um poderoso meio nesse processo (p.13).

Os princípios propostos são:

a) Lutar pela equidade, valorizando as diferenças – Precisam-se tratar desigualmente os desiguais, a diferença não pode significar uma supremacia de um sobre o outro;

b) reconhecer o racismo e se opor a ele – ver o racismo não como algo individual, mas como parte da estrutura social;

c) estabelecer o diálogo, ouvindo os que foram calados – dar voz as populações afro-descendentes enquanto protagonistas da História;

d) afirmar a esperança, investindo na mudança – desnaturalizar as injustiças e a aceitação das desigualdades. Busca-se uma atitude não alienada e idealizada.

Os princípios supracitados pretendem desenvolver e incentivar algumas atitudes que se pode destacar:

I) valorizar o múltiplo;

II) caminhar para além do senso comum;

III) Exercitar a escuta;

IV) Aprofundar os próprios conhecimentos;

V) Permitir que os estudos nos transformem em internamente;

VI) Socializar as informações.

A apropriação desses princípios e atitudes aspira-se o reconhecimento e respeito do lugar do negro na sociedade. A hierarquização entre brancos e negros presente na sociedade brasileira reflete os indicadores de superioridade e inferioridade que as crianças aprendem no cotidiano escolar desde a educação infantil e que é reproduzido de forma intermitente ao longo de sua vida.

O caderno aponta ainda alguns cuidados que necessitam ser tomados para o debate do tema, para que não caiam no maniqueísmo, na simplificação e na folclorização, ressaltando a importância de não criar uma dualidade entre “negros bons” e “brancos maus”, apesar do comprometimento por uma sociedade anti-racista tenta não se ter uma visão idealizada, considerando que “Os africanos e seus descendentes nascidos da diáspora no Novo Mundo (as Américas, incluindo

o Brasil) eram seres humanos dotados de personalidade, desejos, ímpetos, valores. Eram também seres contraditórios, dentro da sua humanidade” (p.26).

A terceira parte do caderno traz elementos para auxiliar na forma de utilização da metodologia possibilitando o planejamento do trabalho e o seu acompanhamento. A ênfase dada no desenvolvimento do trabalho é o estímulo ao diálogo e a reflexão.

Não se pode esquecer que a integração do planejamento das ações ao Plano Político Pedagógico das escolas são articulações essenciais para a garantia da efetividade das atividades. Os conteúdos trazidos pelo material do A Cor da Cultura precisa dialogar com os demais conteúdos presentes nos programas da disciplina.

O caderno de atividade *Modos de Interagir* busca trazer formas de trabalhar com os valores e temas apresentados nos dois cadernos anteriores. A partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros norteia ações que possam ser desenvolvidas por professores em sala de aula. Traz sugestões de atividade e forma de articulação entre os referenciais elencados.

O livro *Memória de Palavras* apresenta verbetes de palavras de origem africana mostrando a sua relação com a língua portuguesa. O texto tem apresentação colorida, com ilustrações que chamam a atenção das crianças e ainda cita exemplos de utilização das palavras com fragmentos de recortes de jornais, músicas e poesias de autores negros. O livro possibilita uma descoberta para essas crianças, já que muitas palavras lhes eram familiares, contudo desconheciam sua origem. O acesso a esse conhecimento permite aos alunos visualizar a forte influência africana na cultura e na língua praticada no Brasil.

Músicas

Os sons dos atabaques, o batuque dos tambores, o pulsar da herança africana nos fazem mergulhar em uma viagem de sensações com misturas de sonoridades. Instrumentos que já ouvimos inúmeras vezes mais que não tínhamos noção de sua origem e de como chegaram aqui como contribuíram para a formação da música brasileira.

O Cd Conguê além de fazer um passeio entre os instrumentos de origem africana, também traz em sua capa um pouco da história de cada um deles. Divididos entre: instrumentos de vime, instrumentos de couro, instrumentos de

madeira, instrumentos de metal e instrumentos de materiais combinados cada um vai sendo apresentado através de fotos, descrições e essencialmente de som. No final eles integram as diversas manifestações culturais afro-brasileiras. Existe uma relação com a musicalidade desses instrumentos com a História Afro-brasileira.

Alguns aspectos, todavia deixaram de ser contemplados no CD. Não se pode fazer uma relação direta entre os instrumentos, os sons e as experiências cotidianas desses alunos, o trabalho fica restrito ao instrumental. Mesmo se o professor afirmar aos alunos a presença desses instrumentos no samba, na MPB e outros ritmos musicais brasileiros o que é apresentado transparece uma música primitiva, tribal, como essas sonoridades não pudessem fazer parte de uma música moderna, como se não fizessem parte do cotidiano da vida desses jovens e crianças.

Vídeos

O projeto A Cor da Cultura fundamenta boa parte dos seus materiais nos recursos áudio-visuais. A veiculação em mídia televisiva impulsionou essa demanda, contudo o uso da imagem tem um forte significado para a construção de uma imagem positiva do negro.

Os *Livros Animados* contam histórias e contos africanos e afro-brasileiros através de ilustrações e narrativas. A série é apresentada a partir de referenciais de uma estética africana, com texturas, objetos e disposição em roda que remonta o valor da circularidade. Os programas visam o estímulo a leitura de forma lúdica, alegre e divertida, introduzindo dessa forma os elementos da cultura afro-brasileira e africana no imaginário das crianças.

A série é composta por dez programas que fazem a narrativa de diversos livros: O Menino Inesperado e Lili – A Rainha das Escolhas, ambos de Elisa Lucinda; O Filho do Vento, de Rogério Andrade Barbosa; Bruna e a Galinha d'Angola, de Gercilga de Almeida; Ana e Ana, de Célia Godoy; A Botija de Ouro, de Joel Rufino; Ifá, o Orixá Adivinho, de Reginaldo Prandi; Contos Africanos, de Rogério Andrade Barbosa; Capoeira, Maracatu e Jongo, de Sônia Rosa; Os Reizinhos de Congo, de Edmilson de Almeida; Bichos da África 1 e 2, de Rogério Andrade Barbosa; O Menino Nito, de Sônia Rosa; Menina Bonita do Laço de Fita, de Ana Maria Machado.

A *Série Nota 10* tem como o objetivo a sensibilização e motivação dos professores para a implementação da Lei 10639/03. Composto por cinco episódios mostra exemplos de projetos bem sucedidos no ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana em todo o país e com diversas temáticas: Religiosidade e Cultura; Corpo; Igualdade de Tratamento e Oportunidades; Material Didático e África no Currículo Escolar. Os vídeos tentam mostrar que é possível desenvolver de forma qualitativa a temática dentro das salas de aula.

A série *Os heróis de Todo o Mundo* resgata de maneira eficaz a contribuição de importantes personagens negros da História do Brasil que foram esquecidos, ou que tiveram esquecida a sua negritude. São trinta documentários que apresentam a biografia de cidadãos e cidadãs brasileiras negros nas áreas das ciências, artes, política ressaltando suas trajetórias de superação, rompendo com a injustiça histórica. Os episódios são narrados também por personalidades negras. São eles:

Adhemar Ferreira da Silva (atleta)
 Aleijadinho (artista plástico)
 André Rebouças (engenheiro)
 Antonieta de Barros (professora)
 Auta de Souza (escritora)
 Benjamin de Oliveira (ator/palhaço)
 Carolina M. Jesus (escritora)
 Chiquinha Gonzaga (compositora)
 Cruz e Souza (escritor)
 Elizeth Cardoso (cantora)
 Jackson do Pandeiro (músico)
 João Cândido (marinheiro/líder da Revolta da Chibata)
 José Correia Leite (jornalista)
 José do Patrocínio (abolicionista)
 Francisco José do Nascimento (jangadeiro/líder abolicionista)
 Juliano Moreira (médico)
 Lélia Gonzalez (professora/militante política)
 Leônidas da Silva (jogador de futebol)
 Lima Barreto (escritor)
 Luiz Gama (advogado)
 Machado de Assis (escritor)
 Mãe Aninha (ialorixá)
 Mãe Menininha (ialorixá)
 Mário de Andrade (escritor)
 Milton Santos (geógrafo)
 Paulo da Portela (sambista/um dos criadores das escolas de samba)
 Pixinguinha (músico)
 Teodoro Sampaio (urbanista)
 Tia Ciata (personagem histórica do samba)

Zumbi (líder revolucionário)

A série tenta resgatar a auto-estima e o orgulho de ser negro a partir desses ilustres personagens da história brasileira que tiveram muito destaque e contribuíram para o desenvolvimento do país em diversas áreas. Ao trazer esses heróis falando de forma orgulhosa seu nome, formação e que é “cidadão (cidadã) negro (a) brasileiro (a)” mostra uma visão positiva do ser negro, criando uma perspectiva de vida para essas crianças à medida que mostra que é possível crescer e buscar galgar novas posições na sociedade que não a subalternizada historicamente atribuída.

O debate sobre religiosidade é encontrado na série *Mojubá* – saudação Yorubá que significa “com meu humilde respeito”. A Série é composta por sete programas que retratam diferentes aspectos das religiões de matrizes africanas: Fé, Organização, Natureza, Arte e Cultura (Representações), Língua e Literatura, Quilombos e Coletivismo.

Trazer esse tema para reflexão é de extrema importância, principalmente por ser esse onde se encontra maior resistência – da parte dos professores, de alunos e de pais. As religiões afro-brasileiras são ampla e historicamente discriminadas, comumente envoltas em uma áurea de satanização. O desconhecimento e o preconceito são fatores determinantes para que haja medo e vergonha na profissão dessa fé. Os vídeos são uma tentativa de apresentar essas religiões com um novo olhar, superando os olhares distorcidos, destacando sua relação de respeito com a natureza. “Eles devem estimular o respeito às diferentes expressões de fé, bem como o seu reconhecimento como expressão de culturas que fazem parte da nossa História e do nosso país” (Modo de Sentir, 2006, p.50).

O Jogo

No material do Kit A Cor da Cultura existe um jogo pedagógico que faz um trabalho de complementação da série *Heróis de Todo Mundo*. O jogo com o mesmo nome resgata com a linguagem da brincadeira, exercitando o valor da ludicidade, a trajetória das trinta personalidades negras divididas por área de atuação e de conhecimento: Esporte, Ciência e Tecnologia, História, Religião, Artes e Literatura.

Essa linguagem além de atingir principalmente o público infantil, considerando suas particularidades, também trabalha com a perspectiva de transdisciplinariedade.

4.4 – Ouvindo os sujeitos

Nesta parte do capítulo tenta-se entender de que forma os atores vivenciam tanto o projeto A Cor da Cultura quanto a Lei 10639/03. A metodologia utilizada para a pesquisa foram entrevistas baseadas em um roteiro com perguntas semi-estruturadas e análise de discurso. Buscou-se encontrar diferentes atores que atuaram com o projeto A Cor da Cultura e a partir desses múltiplos olhares buscar compreender de que forma o projeto contribui para a implementação e efetivação da Lei 10639/03.

Foram feitas cinco entrevistas – uma com um Capacitador do projeto, uma entrevista com um membro do Comitê étnico-racial, uma entrevista com um gestor e duas entrevistas com professores capacitados pelo projeto. A escolha dos entrevistados se deu através de indicação e demanda imposta no decorrer da pesquisa, considerando a dificuldade de encontrar listagens com o nome dos participantes. Podem-se caracterizar os entrevistados da seguinte forma:

I- Capacitador – profissionais de diferentes áreas que foram habilitados na metodologia do projeto para darem capacitação e suporte aos professores que iriam implementar os projetos nas escolas.

O seu roteiro de entrevista buscava desvelar questões correspondentes a três tópicos. A primeira parte buscava compreender a forma de organização do projeto A Cor da Cultura (a forma de entrada dos capacitadores no projeto, carga horária, periodicidade) para entender a dinâmica do projeto. O segundo ponto era qual o perfil dos professores capacitados, procurando compreender sua aproximação com o tema e a relação com a coordenação e direção da escola com relação ao desenvolvimento do trabalho na escola. O último ponto tenta questionar se esses profissionais consideram possível a construção de novos sujeitos coletivos a partir da implementação da Lei 10639/03.

II- Membro do Comitê Estadual Étnico-racial - No processo das entrevistas dentre as informações colhidas houve descoberta de um Comitê Estadual Étnico-Racial da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Consideramos importante entrevistar um dos membros do Comitê tanto no intuito

de compreender as ações da Secretaria em relação a Educação para as Relações Étnico-Raciais quanto para compreender a forma como esses atores se relacionaram com o projeto A Cor da Cultura. Buscamos identificar a avaliação desse membro quanto ao kit do projeto e de que forma foi repassado e utilizado nas escolas. Apesar de não constar no planejamento inicial refletimos que esse debate poderia enriquecer ainda mais o trabalho.

III - Gestor - coordenador local do projeto. Esse profissional que era um dos responsáveis pelo processo geral de formação dos professores no município de São Gonçalo coordenou as ações do Projeto A Cor da Cultura na Secretaria de Educação do município. Em sua entrevista buscamos identificar como estava organizado projeto no Município, como ele se operacionalizava, seus conhecimentos sobre o material e a Lei 10639/03.

VI- Professores – indicados para participarem de diversas formas do projeto pelas prefeituras – eram responsáveis pela materialização do projeto, utilizando o kit no cotidiano das escolas. O roteiro dos professores era dividido também em quatro partes: relações étnico-raciais na escola, buscando identificar manifestações de racismo no cotidiano da escola. A segunda parte tenta compreender o grau de conhecimento dos professores sobre a Lei 10639/03 e seus corolários, o grau de frequência com que aborda a temática na sala de aula, o suporte da direção para implementação da lei. Na terceira parte buscamos identificar o conhecimento prévio dos professores sobre História e Cultura Negra e o seu grau de envolvimento no debate. Na quarta parte tentamos apreender suas considerações acerca do material do Projeto A Cor da Cultura.

Nas entrevistas podemos identificar alguns elementos significativos para entender a dinâmica do projeto A Cor da Cultura. No espaço do vivido, onde o projeto se materializa - a escola - e através dos atores que os vivencia os professores é podemos compreender o alcance e os limites do projeto enquanto instrumento da garantia de direitos – que é incorporação da História e Afro-brasileira e Africana¹³ no Ensino Básico.

Nessa arena de disputa, que é a escola, o Projeto A Cor da Cultura tem como grande desafio de contribuir de forma qualitativa para efetivação da Lei 10639/03. A experiência dos atores que dão forma ao projeto constrói caminhos

¹³ E posterior incorporação da História e Cultura Indígena pela Lei 11645/08.

para melhorá-lo e diminuir as lacunas entre o concebido – a lei 10639/03 e seus corolários, o percebido – o Marco Conceitual do A Cor da Cultura e o Planejamento do A Cor da Cultura, com o vivido- a realidade do cotidiano das escolas brasileiras¹⁴.

4.4.1-Capacitador

Na avaliação feita pelo Capacitador o projeto A Cor da Cultura podemos identificar três principais:

a) Quanto à abrangência do material.

Apesar de considerar a qualidade da concepção visual do material, o capacitador considera que a linguagem utilizada no material só tem alcance para alunos do Ensino Fundamental, mas especificamente até o sétimo ano. Como a Lei 10639/03 abrange todo o Ensino Básico para ser utilizado nas outras séries do Ensino Fundamental e em todo o Ensino Médio são necessárias algumas adaptações:

Eu estou falando disso porque esse material é um material que vai até o sétimo ano. E eu não estou falando desse material para o Ensino Médio. (...) Eu vi uma escola (Isso há pouco tempo), uma escola que eu acompanhei. Uma escola lá em Paracambi. Tinha um professor que fez um *quiz*. Ele atualizou. Então ele transformou em um jogo o material do A Cor da Cultura. Ele utilizou alguns materiais do A Cor da cultura para desenvolver atividades para o Ensino Médio. Ele utilizou alguns materiais para fazer o quiz. Eles tinham que assistir o material e depois responder. Isso foi interessante pela dinâmica que ele criou. (Capacitador)

b) Os conteúdos apresentados no kit e o processo de capacitação não possibilitam reflexão sobre o papel do negro na sociedade brasileira.

De forma recorrente o capacitador aponta a superficialidade do conteúdo encontrado no kit do Projeto A Cor da Cultura. O material era focado no recurso visual, que apesar do capacitor considerar um excelente instrumento, somente sua utilização é considerada restritiva para a abordagem do tema. Principalmente porque aponta que os professores de forma recorrente utilizavam quase

¹⁴ Apesar dos entrevistados serem do Estado do Rio de Janeiro, os capacitadores desenvolveram o processo de formação dos professores em diversos estados do país. Dessa forma podemos ter, em linhas gerais, uma percepção sobre o desenvolvimento do projeto no Brasil.

exclusivamente os vídeos, e raramente os livros que contêm exemplos de atividades.

Os vídeos têm uma característica de positividade da imagem do negro, que apesar de considerar importante sem uma reflexão conduzida pelo professor não consegue garantir o debate sobre como o racismo e discriminação no Brasil, contribuíram para um acesso precarizado às Políticas Públicas e a subalternização da população negra no país.

A valorização da negritude descolada do debate político sobre a questão do negro no Brasil é principal elemento, levantado pela capacitadora, que distancia o material do Projeto A Cor da Cultura dos conteúdos curriculares presente no cotidiano das escolas.

A proposta do A Cor da Cultura é interessante, mas ele não consegue um diálogo efetivo com todos os conteúdos curriculares, os conteúdos curriculares programáticos, por isso ele não funciona no cotidiano da escola. Só se consegue desenvolver atividades de sensibilização. É preciso mais do que isso, é preciso dialogar com os conteúdos programáticos. Se você não tem isso o material do A Cor da Cultura entra como um apêndice.

Como a capacitação do projeto é voltada para a sua metodologia, não para um debate teórico, os professores, segundo o capacitador, não conseguem fazer uma interlocução entre o conteúdo apresentado no kit com a realidade e particularidades das relações étnico-raciais brasileira.

O professor não consegue daquela estória do kit, Por exemplo, tem uma que fala sobre o racismo. O professor não consegue relacionar a questão do racismo com as implicações políticas e sociais que tem na sociedade brasileira.

A falta de conteúdo teórico no processo de capacitação e no material acarretava um duplo problema apontado com o capacitador. O primeiro problema era com os capacitadores que já tinham aproximação com a temática étnico-racial que entendiam que o material apresentado, apesar de uma excelente apresentação e recurso visual era superficial quanto ao conteúdo. O segundo problema relacionado era que os profissionais que exerciam a função de capacitadores e nunca tiveram o debate sobre a questão étnico-racial no Brasil saiam da capacitação sem nenhum conteúdo e não conseguiam garantir um processo de formação adequado aos professores que posteriormente iriam capacitar.

Se você faz como foi feita a formação, a capacitação, melhor dizendo, esqueceu que é preciso capacitar professor com referenciais teóricos. Você precisa fornecer a eles referenciais teóricos para que ele utilize esse material.

No processo de formação dos capacitadores não houve espaço para os questionamentos sobre conteúdos e metodologia. Apesar de considera importante todo o direcionamento de positivação do negro e re-significação da cultura africana que traz o material, há um profundo esvaziamento político.

Os professores chegavam de formas diferenciadas – dependendo de cada prefeitura – e na maioria das vezes tem um distanciamento do debate o que causava grande resistência à temática - principalmente relacionada às religiões de matrizes africanas - e falta de comprometimento político.

Obviamente que é importante o comprometimento político com uma luta anti-racista. Contudo não podemos nos restringir apenas a um grupo de professores que estão de alguma forma envolvida nos movimentos negros. Apesar da resistência é imperioso que os maiores números de professores possam ser sensibilizados sobre a temática para que a Política possa ter realmente um alcance universal, não ficar restrita a pequenos grupos.

Os professores no processo de capacitação questionavam no material a falta de caracterização do ser negro nas diferentes regiões do Brasil. Apesar do racismo está introjetado na sociedade brasileira como todo, contudo cada região do país possui uma particularidade e uma forma de enfrentamento diferente. Como exemplo a capacitadora aponta o caso dos professores do Mato Grosso, que a todo o momento falam da inexistência de negros no estado, para os mesmos todos os habitantes da região são descendentes apenas de indígenas.

c) Quanto às possibilidades e limitações da Lei 10639/03

A construção de novos sujeitos coletivos é possível, segundo a visão do Capacitador, contudo coloca que apesar de considerar importante a inserção do conteúdo sobre História e Cultura Negra alguns espaços de poder podem lucrar. Pode ocorrer uma apropriação pelo mercado da cultura negra, através da criação de produtos específicos para esse segmento.

Não há mais como cercear o conhecimento, nem o acesso aos bens culturais da cultura negra. Contudo é necessário se apropriar desses bens para que se possa ter uma transformação social efetiva, com qualidade de vida.

Os avanços das Políticas de Promoção de Igualdade Racial refletiram em um início de transformação das relações étnico-raciais. O racismo está longe de acabar, mas o próprio envolvimento do Estado Brasileiro no combate ao racismo já demonstra uma alteração no estado de coisas. A capacitadora aponta que nos últimos dez anos formou-se uma outra percepção da sociedade. Isso é possível a partir de um trabalho de desmistificação da África e de um processo de construção de uma outra idéia de mundo.

Aponta ainda que, diferentes sujeitos se colocando no mundo, a partir de bens culturais e de consumo. Acabando com uma idéia de hierarquização, construindo um espaço onde todos os grupos produzem e dialogam.

O caráter universal das políticas de ação valorativa, como a 10639/03, cria novos caminhos para construção de novas bases para as relações étnico-raciais e superação do racismo e da discriminação. A capacitadora coloca que o racismo é um mal para toda a sociedade tanto para brancos quanto para negros. “Desvalorizar a cultura africana é desvalorizar a cultura brasileira”.

A inclusão da temática racial nos cursos de licenciaturas possibilita o crescimento de uma possibilidade de diálogo, segundo a capacitadora. Mesmo que as disciplinas que contemple a temática ainda sejam, na sua maioria, eletivas.

O caráter universal da legislação é apontado pelo capacitador como primordial. Apesar de algumas manifestações culturais serem características de determinada etnia não significa que tem que ficar restrita apenas a elas, mas do que isso pode acessar qualquer cultura sem perder a sua própria identidade cultural.

Os japoneses, coreanos, tailandeses, chineses dançam break como se todos eles fossem nascidos negões. Todos os coreógrafos que dão aula para eles são negros. Ali que acho fantástico, eles cantam em coreano, em japonês, em chinês (...) Mas eles não deixam de ser o que são.

4.4.2 - Comitê Estadual Étnico-Racial

O Comitê Estadual Étnico-Racial resulta do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Criado em 2009 visa organizar e coordenar as atividades da Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro em prol da implementação das Leis 10639/03 e 11645/08. Sua composição com trinta e um membros das coordenadorias regionais e metropolitanas de educação visa a maior abrangência e efetividade nas suas ações.

Buscamos na entrevista com o membro do Comitê Estadual identificar quais as atividades desenvolvidas pelo mesmo para a implementação da Lei 10639/03, as barreiras que ele poderia identificar para o desenvolvimento do trabalho, e a ainda seu depoimento sobre a experiência com o material do projeto A Cor da Cultura.

a) As funções do Comitê

O trabalho do Comitê consiste em sensibilizar e auxiliar na implementação da Lei 10639/03 nas escolas da rede estadual de ensino do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as atividades elencadas pelo membro entrevistado, estão visitas às unidades de ensino e capacitações para os professores da rede. Contudo, em sua fala retrata as dificuldades em conciliar as atividades rotineiras já estabelecidas com as atividades do Comitê. O trabalho de implementação da lei é sobreposto pela rotina institucional. Apesar da existência de um planejamento para as atividades não uma regularidade nas ações.

O Comitê está tentando parcerias com Universidades para as capacitações por disciplinas, buscando trabalhar a temática étnico-racial em cada uma delas. Segundo fala da mesma: “a gente está tentando ver se faz uma capacitação por disciplina. “dessa vez vamos falar só de arte, matemática”. O que a gente pode fazer dentro de matemática que possa trabalhar essas leis? Por isso que estamos tentando pedir apoio às universidades”.

Quando questionada sobre a incorporação do debate sobre a temática étnico-racial nas escolas afirma que encontra muita resistência, que questionam o porquê de debater o tema, contudo existem escolas que fazem um trabalho considerado “maravilhoso”.

Quando questionada sobre a disponibilidade de materiais para subsidiar a ação dos professores, com o conhecimento sobre a temática étnico-racial, o

membro do comitê coloca que as escolas recebem os materiais, contudo ficam “de lado”.

Considerando, como foi apontada pelo entrevistado, a demanda voluntária por capacitação, foi questionada então sobre o perfil étnico-racial dos professores que participam da capacitação. A resposta dada foi que mais de 80% são negros. Quando foi perguntado pelo o porquê disso. A resposta deixou a entender que considera natural que a principal procura seja do público negro. Apesar de tratarmos de uma legislação e de políticas públicas de acesso universal.

b) Limites e Possibilidades da Lei 10639/03

A lei 10639/03 é considerada importante para o membro do Comitê porque considera que “é uma forma de chamar a atenção da população para a necessidade de você se posicionar na sociedade”. Apesar da existência do racismo, a democracia racial o mascara, assim como as suas manifestações. “As pessoas fecham os olhos, “está acontecendo alguma coisa aqui, mas vou olhar para outro lado”. Está tudo bem, está tudo certo”. Quando você começa a trabalhar a temática dentro da sala de aula, as pessoas começam a questionar essas questões. As situações de racismo começam a saltar aos olhos, causar estranheza. Algumas escolas já enviaram projetos para o MEC para montar um acervo de livros e vídeos, para visitarem quilombolas com os alunos.

Quando questionada sobre o principal problema apontado pelos professores em relação à implementação da lei a entrevistada coloca que as maiores queixas estão relacionadas à capacitação “como vou falar de um tema que não tenho conhecimento mais profundo?”, “quando pintarem dúvidas como vou fazer se eu também não sei responder?”. Por isso é tão importante as capacitações para que os professores tenham os recursos necessários.

Outro ponto apontado foi à constante negociação que tem que ser feita com as direções das escolas. Mesmo as atividades sendo da própria Secretaria Estadual de Educação, o número reduzido de professores é um impedimento, ressaltado pelo membro, para a participação dos mesmos nas capacitações e oficinas sobre a temática étnico-racial (seja ela negra ou indígena).

Devido aos empecilhos institucionais aliados a práticas racistas e discriminatórias tão enraizadas no cotidiano das escolas, boa parte dos professores

que participam desse tipo de capacitação o faz por demanda espontânea. Para superar essas dificuldades existe o planejamento de desenvolver primeiramente um trabalho com os diretores e coordenadores pedagógicos, antes mesmo dos professores, para eles conhecerem os materiais que chegam para trabalhar a temática.

Aliado a isso tem o fato que existe um número insuficiente de professores, a entrevistada coloca “se eles forem liberados, o que fazer com as crianças?”. Para além da lei 10639/03 é necessário se pensar na própria Política Pública de Educação a carga horária é muito grande. Como estratégia o comitê esta fazendo as capacitações nas próprias escolas, a entrevistada coloca que “se a gente não pode trazer o professor para outro ambiente, vamos levar o outro ambiente para dentro da escola”.

Por outro lado algumas escolas já desenvolvem um trabalho sobre a temática há anos, independente da lei. Esses exemplos são importantes para que o Estado, os educadores e a própria sociedade vejam que é possível trabalhar o tema em sala de aula, desde que eles o façam isso incorporando as demais ações e conteúdos.

O acesso universal da lei 10639/03 possibilita o acesso a conteúdos que fazem com que brancos, negros, índios comecem a questionar o racismo e discriminação. Contudo para os alunos negros esse debate tem um impacto na sua auto-estima e na perspectivas e possibilidades que conseguem ter quando percebem que não são inferiores. O membro do comitê ressalta que com a implementação da lei, começando pela base, pelo Ensino Fundamental, existe a possibilidade de transformação das relações étnico-raciais. O racismo é algo adquirido, se forma combatido desde criança tem mais possibilidades de superação do mesmo quando a pessoa chegar à fase adulta, dessa forma novos sujeitos coletivos podem ser construídos.

É necessário refletir que a lei 10639/03 sozinha não garante a mudança nas relações étnico-raciais. Depende das pessoas, de como é implementada a lei. Nesse contexto o papel do Estado tem muita relevância, cabe a ele criar condições e fiscalizar para que a lei seja cumprida. A entrevista afirma que o comitê não tem recursos próprios, mas que há um indicativo do Estado para que isso aconteça.

c) A relação do Comitê Estadual Étnico-Racial com o Projeto A Cor da Cultura

O Comitê Estadual Étnico-Racial foi convidado pela coordenação do Projeto A Cor da Cultura para conhecer o kit e ajudar a estimular as escolas à utilização do material. Eles não tiveram qualquer tipo de capacitação, apenas receberam o material para fazerem uma avaliação. Posteriormente o material começou a ser utilizado nas capacitações feitas pelo comitê. “A princípio foi para conhecer e indicar as escolas, em cima nós começamos a manusear o material e aproveitar para o trabalho de capacitação que estava sendo desenvolvido”. (p.1)

Na avaliação do membro do Comitê o material pode ser considerado um bom recurso para trabalhar História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Coloca que “pelo menos uma sementinha ele consegue plantar, dentro da escola, dentro da sala de aula ele vai plantar muitas sementinhas”.

Ao contrário do capacitador que considera que o material é eficiente apenas para o Ensino Fundamental (até o sexto ano), o membro do Comitê considera que é abrangente também para alunos do Ensino Médio. Coloca que algumas adaptações são necessárias, contudo acha, inclusive, que atende melhor ao segundo segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O material teve uma excelente aceitação por parte dos professores que estavam sendo capacitados. Cita alguns exemplos de atividades desenvolvidas pelos mesmos em sala de aula.

Ao ser questionado sobre a possibilidade do debate político acerca do negro na sociedade brasileira e suas implicações como o racismo a partir do material do projeto A Cor da Cultura, o membro do comitê diz achar perfeitamente possível. Divergindo da avaliação feita pelo Capacitador.

4.4.3 - Coordenação municipal do Projeto A Cor da Cultura

Dentro da estrutura da Secretaria de Educação do Município de São Gonçalo há um Centro de Referência em Educação e Formação Continuada - CREFCON, o referido Centro foi o responsável em coordenar a participação dos professores do município no Projeto A Cor da Cultura. Para essa pesquisa foi entrevistada uma das coordenadoras do Centro que foi responsável pelo projeto no município.

Na entrevista buscou-se compreender de que forma o projeto estava estruturado no município, formas de acesso, processo de capacitações,

acompanhamento, como também como essa coordenadora, que também é professora, se relacionava com o material do projeto. Conseguiu-se mapear de forma geral todo o processo de participação dos professores no projeto, desde a sua entrada até a entrega do projeto final. Além disso, algumas importantes reflexões foram trazidas.

a) Participação no Projeto A Cor da Cultura

Conforme colocado pela coordenadora do projeto no Município de São Gonçalo, a participação dos professores foi voluntária. A secretaria de Educação divulgou um documento com as linhas gerais do projeto nas escolas da rede e os professores interessados fizeram a inscrição.

Para dar suporte ao projeto foi oferecido aos professores transporte para participar das capacitações do A Cor da Cultura. Nessas capacitações foi apresentado o A Cor da Cultura e algumas atividades do kit foram feitas. Além disso, houve um ciclo de encontros e reuniões pedagógicas feitas pelo CREFCON, dando continuidade as capacitação do projeto e auxiliar os professores na elaboração de um relatório final das atividades desenvolvidas através do kit nas unidades escolares no final de um ano. As referidas capacitações foram feitas com especialistas na temática, e contavam também com a participação de profissionais da educação do município de Niterói.

(...) ampliar aquilo que foi ouvido e pra que eles pudessem vir aqui, então nós fizemos assim, palestras com especialistas. Era assim, palestra – reunião pedagógica, o especialista vinha, fazia a palestra, nós marcávamos uma reunião pedagógica com as professoras, com os professores das escolas. (p.5)

Paralelo as capacitações eram enviados, aos professores participantes, textos de autores clássicos para aprofundar o conhecimento teórico sobre a temática étnico-racial. E ainda foram divulgados concursos, editais de projetos e livros

(...) a gente encaminhava uma bibliografia, é “olha gente, esse livro é super interessante, fundamental mais” (...) “a gente procurou fazer uma referencia bibliográfica em ordem ascendente, coisas fundamentais que eu preciso saber” (p.6)

No referido município foram um total de cinquenta e quatro professores de vinte e nove escolas, mais três profissionais do CREFCON. A coordenadora ressalta que o número de vagas destinadas ao município (trinta escolas com dois

representantes cada) no projeto A Cor da Cultura foi um quantitativo muito pequeno considerando o número de escolas existentes. “Dois por escola, então, na verdade a gente tinha uns sessenta professores, trinta escolas é pouco porque a nossa rede é imensa... (p.2)”.

O número de vagas para uma rede tão grande é ínfimo, considerando que a capacitação refere-se à implementação de uma legislação, que é obrigatória. Há um direcionamento tanto do projeto quanto da própria Secretaria de Educação que os professores participantes funcionassem posteriormente enquanto multiplicadores, contudo isso ocorreu de forma precária, alguns professores que participaram das capacitações não conseguiram dar continuidade ao trabalho em sala de aula.

Um diferencial encontrado, contudo, foi o fato do município possuir um Centro de Capacitação. A qualificação da equipe na temática étnico-racial pode ser considerada um dos fatores para a compreensão tanto da importância da legislação, quanto da necessidade de preparar os professores para desenvolver o conteúdo solicitado pela Lei 10639/03 nas salas de aula.

Eu, como professora de literatura africana, mestre em literatura Africana, doutora em literatura comparada. Essa questão de relação racial eu comecei a trabalhar, porque você sabe, a literatura é uma coisa, a literatura Africana é outra, a literatura brasileira é outra e pensar nessas literaturas como uma forma de trabalhar a relação racial com a educação. E aí eu me vi nessa questão de pensar o racismo na escola e até já trabalhava com isso no semestre nós tínhamos o núcleo chamado “Diversidade e linguagem, narrativas e práticas sociais” (p.2)

Como a coordenação do município que participaram do projeto A Cor da Cultura estava sob responsabilidade do Centro de Formação da Secretaria, diferente de outros relatos, os professores tiveram fácil liberação das escolas para irem às capacitações. Questionada sobre a relação com as escolas a coordenadora afirma que:

(...) nós mandamos o calendário das palestras para as escolas e geralmente os professores que fizeram a formação do A cor da cultura vinham. O diretor liberava, porque era uma coisa específica, estava continuando aquele trabalho. Agora é claro que, você vai ver a listagem, a gente também sabe que algumas escolas não têm ninguém, porque às vezes não tem como, não é o dia do professor, ele não tem como faltar à outra escola, mas a gente sempre teve um quorum bom. (p.5)

A existência de um núcleo de formação possibilitou um processo de capacitação mais prolongado dos professores, todavia esse trabalho foi desenvolvido apenas pelo período de um ano, prazo estipulado pelo A Cor da

Cultura para que os professores elaborassem os relatórios finais de sua participação no projeto. Contudo há uma preocupação de uma formação continuada para além do projeto. Conforme ressalta a coordenadora “É um processo de formação e de continuidade também independente do A cor da cultura, porque a lei está aí, ela precisa ser implementada e não tem prazo de validade” (p.9).

O Núcleo concentra informações de cursos, oficinas e materiais didáticos que são difundidos para os educadores e ainda sistematiza todas as ações, criando não só elementos para se pensar em novas atividades quanto formar uma memória do trabalho desenvolvido.

b) Quanto à abrangência do Material do Projeto e Auxílio a implementação da Lei 10639/03

Ao ser questionada sobre as possibilidades de utilização do material do projeto A Cor da Cultura com diferentes públicos a coordenadora coloca que foi – e pode – ser aplicado do fundamental a universidade. Ressalta a qualidade do material e que o utiliza com frequência nas atividades de capacitações com professores e alunos.

O material se aplica, particularmente eu posso falar porque eu trabalhei com ele. Os professores trabalharam com ele na educação infantil e no fundamental um, eu trabalhei com esse material no Estado, no ensino médio, no EJA. Consegui levar pra sala de aula. Na faculdade lá no Méier também trabalhei. Então é um material que pode trabalhar em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior o que você precisa é recortar. (p.8)

Ressalta ainda as possibilidades e riqueza do conteúdo encontrado no material, que traz além de informações e uma linguagem atrativa e fácil de ser assimilada, podendo ser adaptada para diversos públicos. Coloca que apesar dos vídeos serem pontuais trazem imagens positivas do negro, principalmente a série Heróis de todo Mundo, que traz personalidade negras significativas não só para História dos negros, mas para toda a sociedade. Sua utilização, contudo deve ser respaldada no conteúdo dos livros do kit (Modo de Ver, Modo de Sentir e Modo de Interagir).

(...) sinceramente acho, por exemplo, o vídeo “Heróis de Todo Mundo” excelente, porque ele vai colocar em cena várias personalidades negras que até então a gente não tem conhecimento. Realmente apresenta a pessoa pontual dizendo “eu sou João

Cândido, eu liderei a revolta da chibata”, mas isso já um referencial positivo, não tinha esse tipo de material, por exemplo, a Chiquinha Gonzaga, quando eu apresentei aos meus alunos no Estado e na faculdade onde eu trabalho, eles se surpreenderam. A Chiquinha mostrada pela Globo foi a Regina Duarte e ouviram a Chiquinha Gonzaga, uma mulata, bem mulata, eles se surpreenderam muito, eles tinham uma idéia que era uma branca, quer dizer uma mulher de grande expressão, uma das maiores compositoras brasileiras. Então eu acho que esse vídeo ele realmente tem que ser trabalhado junto com os cadernos, ele realmente aponta coisas muito pontuais, são três cadernos, mas eles vêm com referencial bibliográfico além e eu acho que você também tem que buscar suas referências (...) (p.3)

O material do kit foi muito bem avaliado pela coordenadora como subsídio e conteúdo para se debater a questão étnico-racial. Além do conteúdo dá um direcionamento na forma de desenvolver o tema através de propostas de atividades.

(...) o kit constava de uma serie de atividades, uma série de vídeos com três cadernos que realmente eram muito bons, com artigos que fundamentavam, eram um referencial teórico das propostas pedagógicas que estavam lá. (p.1)

Outras utilizações para trabalhar com o kit foi pensada para além da questão étnico-racial. A coordenadora coloca em sua entrevista a forma como os preconceitos se sobrepõem. Para se pensar em questão racial tem que se pensar na perspectiva de diversidade.

(...) questões de preconceito estão sobrepostas. O menino é negro e é gay, então olha como o preconceito... É um menino negro, é gay e é pobre, aí você vai juntando as questões, tanto num livro desses, num desenho desses que fala de um garoto que fala que homem não chora, você pode trabalhar as questões de gênero (p.8)

A entrevista possibilitou também pensar não só nas várias formas de utilização do material, mas nas diversas formas de Ensinar História e Cultura Negra. Nos exemplos de capacitações aponta como que os professores podem trabalhar a questão por dentro das suas disciplina. Não precisa e não deve ser um assunto isolado dos demais, considerando que é um tema transversal.

c) *Principais dificuldades encontradas no Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*

Um dos principais pontos limitadores na implementação da lei 10639/03 tem sido uma grande resistência dos professores em compreender a existência racismo e seus rebatimentos na sala de aula e na sociedade brasileira. O mito

da democracia racial está introjetado na sociedade brasileira, e acaba dificultando no processo de formação dos professores e conseqüentemente na implementação da legislação. A coordenadora traça o perfil dos professores que participaram das capacitações.

(...) Com idéias ainda muito estereotipadas de uma África selvagem, muito com essa idéia de que o racismo no Brasil é uma coisa diluída, que não há racismo. Quando você olha as personalidades, você vê que realmente a mídia invisibiliza, não torna visível a presença dos negros nas novelas, nos cartazes, outdoors, e não chama atenção para as personalidades, eu acho que aí que houve esse embate. (p.4)

Um trabalho efetivo necessita ser feito para superar essas dificuldades, para que o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana não seja restrito as comemorações do dia 13 de maio (Abolição da escravatura) e 20 de novembro (Zumbi dos Palmares). Considerando que os conteúdos ainda não foram incorporados de forma plena nos Planos Políticos Pedagógicos das escolas, segundo ressalta a coordenadora. Existe uma falta de compreensão de como falar sobre História e Cultura Afro-brasileira e africana significa falar do cotidiano.

Sinceramente eu não acho que esteja incorporado como deveria ser, porque não só aqui na rede, como em todas as redes os professores ainda têm uma dificuldade de perceber que não é você abrir um momento pra você falar da lei, é você na sua ação cotidiana, no seu cuidado com o livro, no seu texto em abordar a questão da diversidade e aí, no caso, especificamente com relação à questão racial, onde você pega um jornal, por exemplo, e abre, você começa mapear quais são as fotos, como foi trabalhado, por exemplo, a foto de um suposto bandido, se você olhar, dependendo da cor da pele, a foto dele vai ser melhor trabalhada ou não. Quem mais aparece? Qual o tipo que aparece no jornal? Vai ser mais um padrão branco ou negro? E aí você começa a perceber então no Brasil que 59% dos africanos que vieram pra cá, que se nós somos mesmo um país multirracial, miscigenado por natureza, como é que quando você abre a televisão, abre o jornal, e não vê isso? (p.4)

Outro problema significativo identificado pela coordenadora está relacionado ao debate sobre religiosidade. A série Mojubá que retrata o debate sobre as religiões de matrizes africanas, do material do projeto é o menos utilizado. As religiões de matrizes africanas ainda sofrem um sério preconceito, são diretamente ligadas a algo satânico.

(...) nós temos na escola uma metade muito evangélica. Em muitos relatórios, professores relatavam como a escola era evangélica, tentou-se fazer e, ou o diretor ficou um pouco melindrado ou os próprios pais intercederam dizendo que isso era macumba, que essa idéia, essa formação é chamada a macumba. (p.7)

Essa concepção das religiões afro-brasileiras restringe o acesso ao conhecimento de uma cultura rica, ligada a natureza aos alunos. Pode-se verificar nesta fala como tanto os professores, quanto os pais reagem negativamente ao conteúdo, norteados por uma visão preconceituosa e uma verdade absoluta baseada nas religiões judaico-cristãs. A figura dos orixás socialmente construída está relacionada com demônios. A visão é reforçada pela mídia que é um forte canal de difusão e reforço dessas concepções estereotipadas.

A questão religiosa é um entrave considerável, pra se trabalhar a questão da negritude, a questão de uma raiz, uma relação racial na educação. Você quando chega na parte do trabalho que tem que discutir matriz religiosa, quando chega a falar de orixá, eles já associam a coisa do demônio e aí a gente tem que parar pra pensar. A mídia ajuda? Então, por exemplo, eu tenho uma crítica muito grande ao filme A Princesa e o Sapo. Ótimo, a primeira princesa negra, linda, do Walt Disney, realmente, mas ela não é princesa de verdade, tudo bem, colocou como protagonista, mas a representação como foi feita no desenho, você tem medo, porque aparece um exu com a voz horrível, com os olhos muito vermelhos, fazendo coisas muito más, sendo traçoeiro. Eu estava no cinema com meu filho, crianças de 4 e 5 anos saíram chorando. A voz que aparece no filme dá medo. Isso também se repetiu naquele filme Besouro, o exú também aparecia ali. Então as representações da entidade, do orixá ou a representação dessa matriz sempre se pauta por um olhar eurocêntrico, a gente vê uma forma animalesca, uma figura que na verdade, representa a natureza, mas eu sei que não é fácil entender isso, mexer com religião você lida com seus valores (p.11).

A 10639/03 é uma legislação, contudo no cotidiano os professores acabam optando se desejam ou por em prática. Ao ser questionada sobre isso a entrevistada coloca que a questão está na esfera da governabilidade, da gestão.

É questão de gestão, então os secretários, as secretárias municipais e estaduais, eles têm que reconhecer a importância. O sistema de ensino de todos os níveis também, porque não adianta e se você também não tem um gestor que reconheça isso, aquele trabalho de marketing ou de formiguinha, esse é o grande problema (...) (p.16)

Esse fato foi considerado pela entrevistada como uma forma de sonegação motivada pelo mito da democracia racial. Coloca que “talvez a pessoa ache ainda, esteja partindo do pressuposto de que no Brasil não há racismo, eu conheço pessoas escolarizadas que acham que não há racismo ainda e aí eu tenho que mostrar por a + b que há racismo”. Todavia essa forma de sonegação é uma expressão do racismo institucional, tão presentes nas instituições. Os pequenos boicotes cotidianos, a forma precarizada em que as Secretarias de Educação e as direções das escolas lidam com a questão em termos de liberação de professores e

infra-estrutura, e falta de importância atribuída a lei pode ser considerada enquanto formas de racismo institucional.

d) Quanto às possibilidades

A capacitadora considera que é possível construir novos sujeitos coletivos, contudo para que isso aconteça é necessária uma ação sistemática por parte do Estado para a garantia da cidadania para negros e brancos.

A lei está aí, mas precisa mesmo de uma ação sistemática, porque senão, infelizmente a gente continua nas esferas comemorativas de 13 de maio e 20 de novembro (...) desmistificar que trabalhar a lei não é só uma questão de meios, é uma questão também de cidadania que envolve brancos, negros e quaisquer outras pessoas. (p.9).

Para que não fique como tema secundário a coordenadora coloca a importância das mudanças na matriz curricular.

Exige uma mudança de matriz curricular, a grande questão que eu venho debatendo na nossa matriz. Quando você pega a matriz curricular, existe na parte de língua portuguesa e está lá um adendo chamando atenção pra isso, mas toda matriz, todo ano precisa ser mexida e se incorporar na matriz curricular, aí sim eu acho que a coisa vai começar a engrenar. Como eu falo, por exemplo, o Estado acabou de fazer uma nova matrícula, e nós professores, tínhamos que sugerir mudanças, então apareceu lá, vamos supor, trabalhar a fábula como elemento de imaginação... É só colocar trabalhar a fábula como elemento de imaginação interrelacionando com a mitologia africana, pronto, é isso! Adotar uma coisinha na matriz, isso a gente conseguiu no Estado. Tem que colocar na matriz, independente disso tem que criar um núcleo que trabalhe essas questões. (p.10)

Ressalta com otimismo, mesmo que de forma morosa que algumas transformações começam a acontecer. “(...) eu pego os livros do meu filho, está no terceiro ano, com oito anos, eu estou olhando, que povos aparecem ali? Branco aparece uma criança negra, na primeira página e depois vai aparecer no final, os livros estão o tempo todo, estão misturando, estão colocando japonês (...)” (p.10). Falar de negros e índios é falar do essencial, porque foram sujeitos da História brasileira.

Cabe aos professores e principalmente aos gestores buscarem novas possibilidades, parcerias, projetos, estratégias que criem novos instrumentos para se apresentar o conteúdo. Na entrevista a coordenadora deu um exemplo de uma atividade feita em parceria com uma professora que desenvolve um trabalho de

desenho com crianças e adolescentes no município. Uma simples palestra deu origem a vários desenhos que retratam as relações étnico-raciais no seu cotidiano. Através de um instrumento lúdico os estudantes puderam expressar e refletir sobre o racismo, a discriminação e potencialidades da população negra.

4.4.4 - Professores

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram feitas entrevistas com duas professoras, uma da Rede Municipal de Ensino e a segunda que trabalha tanto na Rede Municipal quanto na Estadual. O objetivo das entrevistas era compreender suas posturas em relação à implementação da Lei 10639/03, assim como identificar a forma com que projeto A Cor da Cultura se materializava no cotidiano nas salas de aula.

A escolha de ambas as professoras foi através de indicação devido a dificuldade de acesso a listagem de professores que participaram do projeto. O perfil das duas é muito próximo, são mulheres, negras e com formação semelhante. Ambas fizeram especialização em Raça, Etnia e Educação no Brasil em um conceituado programa que debate questão racial em uma universidade pública federal. A professora A, além da especialização possui mestrado em História da Educação do Negro. Contudo o que se apurou nas entrevistas é que elas assumem posturas totalmente diferenciadas no que tange a implementação da Lei 10639/03 e no enfrentamento do racismo nas salas de aulas.

A hipótese inicial com relação aos professores era que muito da resistência e dificuldades de adesão ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira se devia a falta de conhecimento, reflexão e debate sobre o conteúdo. Certamente que o racismo é estrutural e estruturante e os professores também o reproduzem, todavia partia-se do pressuposto que ao ter uma formação específica sobre a temática e um conhecimento mais aprofundado essa postura seria diferenciada. As entrevistas, contudo trouxeram novos elementos para se pensar a posição dos professores em relação à incorporação da temática étnico-racial nas escolas e a implementação da 10639/03.

a) O racismo na escola e as dificuldades encontradas para inserção do debate sobre a temática étnico-racial

A existência do racismo na escola é afirmada pelas duas professoras. O processo de vida dentro e fora da escola é perpassado pela discriminação que é mascarada, como ressalta a Professora pelo Mito da Democracia Racial.

As pessoas falam que no Brasil não tem discriminação, onde tem discriminação e nos Estados Unidos. Lá as pessoas assumem. Aqui não. Como tudo foi baseado na democracia racial, então a gente vive em um paraíso racial, aonde diariamente as pessoas se ofendem se maltratam e quando você chama a atenção para isso a pessoa se ofende e diz “não isso é brincadeira”, ele é meu amigo, ele é meu cunhado, ele é meu irmão, meu primo. E se você diz “você não acha que está tendo uma prática racista?”, “Racista? Eu não!” (...) às vezes ele é capaz de vê no outro, mas ele não se vê. Ele tem as práticas, mas não assume as práticas.

A professora A coloca que a Democracia racial foi o projeto mais “feliz” que conheceu, porque deu muito certo. Para desconstruir essa idéia é uma coisa muito difícil. Mesmo quando as pessoas se dispõem em estudar a teoria, elas se vêem em conflito.

As professoras entrevistadas demonstraram como que o acesso a conteúdo e as capacitações sozinhos não conseguem garantir a mudança no olhar sobre as relações étnico-raciais. Enquanto a professora A além de dar o conteúdo dentro da sala de aula com o material do projeto A Cor da Cultura, desenvolve projetos paralelos sobre a temática dentro da escola, como espaço de leitura, a professora B apesar do conhecimento adquirido quer da capacitação do projeto ou ainda da própria formação não aplica o conteúdo na sala de aula. Quando questionada do porque do não desenvolver o conteúdo em sala de aula, a professora diz não se sentir a vontade para fazê-lo, mais do que isso se omite as manifestações do racismo.

Na realidade quando acontecem essas questões não é com o professor, é aluno com aluno. Então às vezes a gente escuta um comentário em sala de aula. Agora, dificilmente eu intervenho na situação, a não ser que seja uma coisa gritante. Eu não faço nenhum trabalho direcionado. (p.1)

A própria professora B admite que apesar do embasamento teórico não consegue lidar com essas questões no seu cotidiano. Atribui essa postura a resistência em que a escola tem devido ao preconceito, fazendo com que os professores não tenham o respaldo necessário para aplicar a lei.

(...) no meu caso falando, ferramenta eu tenho, conhecimento sobre o tema eu tenho, o que eu preciso é transpor os bloqueios que eu tenho em relação à estar a par do tema, não é nem um bloqueio pessoal não, (...) é questão de nunca ter visto, o outro é porque nem percebe isso na sociedade, não, porque ele é branco dos olhos azuis que ele nem percebe isso, pra que motivo trazer isso pra escola? Então há

uma multiplicidade de fatores de impedimento de a coisa caminhar e isso é acho que a gente só quebra na discussão, no trabalho conjunto (p.6)

A professora A coloca que lidar com essa temática nas salas de aula é algo muito complexo. Tanto faz se é professor, ser aluno ter uma classe social maior, ter nível superior se você não tem essa discussão intelectualmente resolvida fica muito difícil perceber as manifestações racistas e combatê-las.

Para a professora A, a lei 10639/03 é “a maior lei do Brasil”. Apesar de considerar o Sistema de Ensino Brasileiro “muito perverso com as classes populares”, a lei possibilitou um respaldo aos professores para desenvolver um trabalho com a temática. Antes da lei, coloca os professores que tinham interesse em discutir questão racial eram reprimidos. A maior dificuldade para trazer a temática para a sala de aula apontada pela professora A não são os alunos, “nas salas de aula eu sempre consegui, sempre consegui falar. Claro os embates, as discussões existiram, mas sempre com crescimento e ao final com um proveito daquilo tudo”. Em relação à escola, coloca que não tinha espaço. A cobrança da lei fez com que a escola, minimamente, mudasse sua postura porque tinham que discutir a questão étnico-racial.

Apesar de considerar a importância da lei 10639/03 importante, na medida em que abre a discussão “para algo que precisa melhorar na sociedade” (p.1) ela não é considerada pela professora B eficaz. Isso decorre segundo fala da professora porque não há suporte da direção das escolas e das secretarias de educação. O que acontece são trabalhos isolados nas escolas e de maneira precária.

A temática étnico-racial não está inserida, segundo fala de ambas as professoras, no Plano Político Pedagógico. Ela continua sendo pontual, segundo a professora A, mesmo agora somente é trabalhada no dia 20 de novembro, ou em projetos específicos, não está incorporada no cotidiano. Para a professora B não há debate para que a escola possa planejar ações.

(...) há trabalhos isolados, há pessoas que são sensíveis ao tema, há pessoas que percebem o valor do tema a pertinência do tema, mas o trabalho planeja porque já discutiu isso não há, até porque no grupo muitas pessoas têm resistência pra tratar o tema, no grupo de alunos você tem resistências, mas aí você também tem resistência nos setores. (p.2)

Todavia a professora A ressalta que a escola ficou sensibilizada, ela é consciente que “de alguma maneira, de algum ponto, alguém dentro da escola tem

que trabalhar isso”. Dessa forma coloca que para quem quer trabalhar a temática existe uma abertura. Mas para que haja uma mudança efetiva a escola necessita mudar o currículo, “pensar esses alunos, quem são, qual é a sua cor, o que ele precisa que educação é essa”. Na verdade tem que ser trabalhada em todas as disciplinas, o “olhar da escola precisa ser mudado”.

A professora B traz um dado importante, que muitos professores vêm a lei como uma imposição, não como um direito. Ela não é vista como “algo benéfico para a prática pedagógica” (p.2) principalmente porque as pessoas não sabem lidar com isso.

Essa visão sobre a lei é alarmante, já que a sua promulgação deriva de um processo de luta e reivindicação dos movimentos sociais, nesse caso específico dos movimentos negros. Ver o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana como uma obrigação adiciona mais dificuldade a efetivação da lei. O preconceito impõe novas barreiras a garantia de direitos e uma educação realmente democrática.

A professora A aponta também que a escola “não quer saber quem é esse aluno” apenas reproduz os programas enviados pelo governo. Não busca entender quem são esses alunos, e como trabalhar com eles. É aplicado apenas aquilo que é conveniente as direções, secretarias, etc.

A professora A faz uma relação direta entre a morosidade na incorporação do conteúdo étnico-racial no ensino básico porque a universidade não mudou, há déficit na formação. A formação do professor continua sendo a mesma, “tem professor de história que nunca estudou África”. Apesar de a lei ser destinada ao Ensino Básico é necessário mudar todo um sistema educacional.

A importância do desenvolvimento de projetos, capacitações e distribuições de materiais didáticos para subsidiar a implementação da lei 10639/03 foi reconhecida pela professora B, todavia aponta que é necessário um longo caminho. Apesar dos professores se capacitarem poucos levam o debate para as escolas. Cita como exemplo o próprio A Cor da Cultura.

(...) conheço várias pessoas que fizeram junto comigo e não é só o A cor da cultura não, em qualquer capacitação que o profissional sai pra fazer que no retorno desses professores pro ambiente escolar ele enfrenta as questões do planejamento, de inserir uma nova prática, de que maneira como profissional ele tem que dar as suas horas aula? Quando ele não tem nenhum momento pra fazer um planejamento pra poder repassar, quando ele tem que estar em sala de aula e não é retirado da sala de

aula pra, de repente, desenvolver algum tipo de trabalho, de projeto que embarque e consiga atingir a comunidade escolar. (p.5)

Os professores necessitam de uma formação continuada, a obrigação de trabalhar essa temática sem reflexões aprofundadas, é muito difícil para o professor. Se houver apenas distribuição de materiais e cursos superficiais o professor não consegue cumprir a lei. As capacitações são muito importantes, o número disponibilizado de vagas é muito pequeno, considerando a quantidade de professores. Essa legislação não se refere apenas a acúmulo de conhecimentos, aborda questões relacionadas a valores, cultural, ou seja, ao mundo do simbólico. É necessário entender o processo de construção da identidade do povo brasileiro.

A professora B faz uma reflexão interessante como os educadores¹⁵ e gestores não acham a lei importante não “existe uma sede de avançar”. Coloca que como a lei 10639 não é fruto da consciência dos gestores e sim de pressões, por isso não se criou condições para os profissionais de educação. Na verdade a professora foca a responsabilidade da implementação da lei nos gestores que não garantem um suporte para o desenvolvimento das ações. Com relação aos professores considera que são um problema as diversas demandas que considera uma imposição.

Certamente que é dever do Estado criar condições para implementação da lei, investindo nas capacitações, infra-estrutura e planejamento, contudo o professor também tem sua parcela de responsabilidade para a garantia desse direito. Conforme fala da própria professora “o profissional cria sua própria resistência, a sala de aula me pertence, então ele faz o que ele quiser fazer e se achar que deve fazer, então foi dito que ele faria, não existe pressão pra ele fazer e ainda que houvesse pressão (...) muitos não fazem”.

Para a professora A, a maior limitação imposta pela lei 10639 é a falta de formação dos professores. A professora A coloca “a gente ainda está na discussão do negro, não saber que é negro”. Pode-se considerar que é uma questão de pertencimento, identidade. O ideal branco perpetuado pela democracia racial foi eficaz na visão pejorativa da negritude. A professora A coloca que “se o professor não consegue se ver envolvido nessa questão, como ele vai trabalhar?”. Complementa dizendo que “conhece pessoas que estudam África, e a vê apenas

¹⁵ Entende-se aqui educador enquanto todos os profissionais que trabalham na área de educação.

como um objeto está fora dele”. A mudança depende do desmonte do ideal de branqueamento. Além disso, faz uma crítica que as mudanças nos materiais didáticos ainda são muito sutis.

Para a professora B a falta de investimento do poder público constitui-se enquanto uma justificativa para a resistência e a omissão dos professores em implementar a lei. Coloca que não vê a importância da temática para a instituição que está. A lei não existe na realidade dos gestores “não há importância para eles”.

Tem que fazer? Como, de que maneira, com que espaço, quem vai fazer? Que a todo o momento o profissional da educação está sendo atropelado pelas coisas que tem que fazer, tem que receber cadeirante, tem que resolver problema do aluno, tem que ver se a mãe não trabalha o dia todo fora de casa e não dá educação então a todo o momento a gente tem, tem, tem, eu não digo nem na sala não, eu digo no geral, são muitas atribuições que fogem à competência do profissional da educação e é complicado!(p.4)

A Política Pública de Educação certamente está precarizada, mas apesar das dificuldades relatadas pelo Professor B com relação à estrutura, e as constantes requisições aos professores. É importante ressaltar que a 10639 é uma lei, um direito que precisa ser respeitado.

b) Possibilidades trazidas pela Lei 10639/03

A professora A aponta que ao começar a discutir o tema descobriu o quanto a escola carece desse conhecimento. Falar sobre a temática étnico-racial para esses alunos significa falar da própria identidade deles. Ressalta que “viu o crescimento deles”, principalmente quando questionavam “E hoje professora? O que de bom você vai dar para a gente? Qual a novidade?”. Coloca que para os alunos tudo era uma novidade.

A professora B coloca que o racismo é algo adquirido e com a efetivação da lei 10639/03 acredita que possibilidade de mudança na postura dos alunos, quando se desconstrói os papéis historicamente tecidos para negros e brancos, e trata o outro como igual, não como inferior.

A professora A ressalta a necessidade das escolas também criar estratégias para capacitar os professores e planejar as ações em relação à temática étnico-racial. Pontua que “a escola tem que gerir, não pode ficar esperando tem que fazer

palestras, seminários”. A professora B concorda, ela considera que uma mudança efetiva nas relações raciais é possível através da implementação da Lei, contudo primeiro a escola tem que abrir espaço no seu Plano Político Pedagógico, construindo um planejamento de forma coletiva, com todos os educadores.

Na política pública, eu acho que, a princípio, é preciso que a escola discuta o tema, mas a escola como um todo, não é o profissional da educação que tem a obrigação de tratar isso porque a faxineira enfrenta essas questões, a diretora enfrenta essas questões, os coordenadores pedagógicos enfrentam essa questão, o inspetor de alunos enfrenta essa questão, quem trabalha na cantina e na merenda, então assim, a escola como um todo tem que ter consciência, tempo e isso não se têm, tempo, não se ganha, até porque gastar, a palavra serve... Não se gasta tempo discutindo, mas não é, não se ganha tempo discutindo essas questões na escola.(p.7)

Um ponto positivo apontado pela professora A é que com a implementação da lei 10639 a escola é obrigada a trabalhar o tema, mesmo que de forma precária e pontual o tema tem que se discutido. Visualiza uma mudança, com o desenvolvimento de ações, com a chegada de materiais, as pessoas estão se apropriando.

Com relação aos alunos, a professora A considera que os conteúdos trazidos pela lei 10639 são apropriados de formas diferenciadas por alunos brancos e negros. Os alunos brancos, na maioria das vezes gostam de trabalhar o conteúdo, considera uma novidade. Segundo a fala da professora isso ocorre porque ele nunca sofreu racismo. Os alunos negros recebem o conteúdo com estranhamento, como coloca a professora “porque nunca foram atores principais”. O resultado do trabalho “foi que muitos alunos que se diziam brancos, se descobriram negros”. Pode-se refletir que para os alunos negros houve uma resignificação e uma valorização da identidade racial negra. Por outro lado os alunos aprendem a respeitar o outro como igual.

A professora A cita exemplos de sala de aula em que uma aluna fala “negro é feio, eu sou feia, meu cabelo é feio” ou ainda “eu quero casar com um branco para o meu filho ser branco”. Todavia essa visão pôde ser desconstruída com o debate ao longo do tempo.

Para a referida professora a lei possibilita a construção de novos sujeitos coletivos na medida em traz para os alunos a noção de que é importante respeitar o outro, sejam eles brancos ou negros. Formam-se sujeitos mais críticos, mas conscientes de seus direitos, cria-se pertencimento, com possibilidades de ampliar os horizontes deles. Surge então um novo sujeito com outra visão, que consegue

se pensar, pensar o grupo, dele se vê. Ela coloca que “que esse aluno negro está em uma escola que discute a sociedade, essas relações, que ele consegue se enxergar dentro dessa escola, onde ele se vê” tem novas possibilidades.

c) A relação com o A Cor da Cultura

O material do projeto A Cor da Cultura foi muito bem avaliado pelas duas professoras. A professora A diz que o “material foi muito feliz” e que consegue utilizá-lo todo (vídeos, livros, jogos, música) durante o ano letivo. A partir do material conseguiu desenvolver outras atividades e projetos dentro da escola como uma sala de leitura com “contação de estórias”, baseado na literatura africana – Espaço Griot. O material do A Cor da Cultura, despertou para o trabalho com a oralidade.

A professora coloca que utiliza com muita frequência o caderno Como Interagir, com as propostas de atividades. Em relação aos vídeos utiliza com frequência os livros animados, que a estimulou ao desenvolver o projeto na área da Literatura.

Outro material que foi bem avaliado pela professora, assim como a coordenadora local, foi a série Heróis de Todo Mundo. Na sua fala ele foi considerado “primoroso”, o que possibilitou usar todos os episódios. Além disso, o material foi bem aceito pelos alunos de todas as séries, inclusive criou um encantamento pela descoberta que várias personalidades representativas do Brasil são negras. A professora cita uma atividade que fez com os alunos onde solicitou que pesquisassem outras personalidades negras que eles consideravam que deveria estar na série. Em alguns casos a personalidade apontada pelos alunos eram os próprios pais. Os alunos começam a despertar sobre a valorização da sua negritude e da sua família.

A professora A aponta ainda que o material é muito abrangente que consegue utilizá-lo com alunos do ensino Fundamental, Médio, supletivo e também em especializações em que ministra aula.

Na visão da professora B os materiais do projeto, se usados, conseguem contribuir para a efetivação da lei 10639/03. Considera também que abrange todo o Ensino Básico, contudo, segundo fala da mesma, não costuma utilizar os materiais do A Cor da Cultura em sala de aula. As únicas vezes que o fez foi

quando terminaram as capacitações do projeto e foi necessário repassar para os demais professores da escola. Além disso, faz algum trabalho nas datas comemorativas como o dia 20 de novembro e o dia 13 de maio.

Quando questionada se o conteúdo das capacitações do A Cor da Cultura foram suficientes para garantir o debate com os alunos, a professora B responde afirmativamente “o material é rico, as palestras também foram bem ricas, houveram debates” (p.6). Ressalta ainda que o material do projeto tem que ser uma base apenas, um suporte. Não entende que seja uma atribuição do projeto dar todo o conteúdo necessário, cabe ao professor buscar novas leituras para contemplar. Essa reflexão também é encontrada na fala da professora A, coloca que o material cria condições mínimas para desenvolver a temática, mas que sem uma capacitação o professor não consegue fazer a reflexão sobre o negro no Brasil com seus alunos. Reitera, todavia, que o trabalho com a temática étnico-racial perpassa pela própria identidade do professor, a forma como ele olha o aluno dele.

Com relação às capacitações do projeto a professora A aponta um problema, houve muita sensibilização, oficinas, músicas, mas não houve um debate conceitual mais profundo. Segundo a professora as pessoas estavam carregadas de conceitos errados e não houve um trabalho para desmistificar esses conceitos. Na sua fala coloca que as capacitações foram muito lúdicas, focadas na metodologia do material, “o material com um respaldo bibliográfico muito grande e a capacitação era muito lúdica, as pessoas saíam com aquele bolo bonito e não sabiam o que fazer com aquilo”. Para quem já tinha uma bagagem teórica foi excelente, mas para as pessoas “cruas não podia ser assim”. Assim como a capacitadora ressalta a necessidade de garantir maior fundamentação teórica. Apesar disso acha que o material contribui para implementação da Lei 10639/03, se houverem mais capacitações e que o material seja distribuído em todas as escolas do país.

A professora B coloca, assim como o Capacitador, que encontrou dificuldades principalmente porque os vídeos do kit eram fitas k7, como as escolas hoje possuem apenas aparelhos de DVD não tem como utilizar esse material. Porém apesar da professora alegar que tentou mudar a mídia dos vídeos e não conseguiu boa parte é encontrada no site do projeto.